



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 1.681, DE 2019**

**(Do Sr. Luiz Flávio Gomes)**

Estabelece prioridade de tramitação para as ações penais de réus com processos de crimes contra a vida

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-8045/2010.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece a prioridade de tramitação para as ações penais de réus com processos criminais.

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido de Art. 24-A com a seguinte redação:

“Art. 24-A. Terão prioridade de tramitação, processamento e julgamento os processos referentes a réus que respondam a ações penais de crimes contra a vida .”

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Embora sejam comuns nos processos cíveis, a lei processual penal não tem disposições sobre prioridade de tramitação em razão de características diferenciadas em processos, em nome do interesse público.

Cremos que diante do quadro de violência e da crescente insegurança da população, cabe estabelecer normativa para criminosos que estejam respondendo a processos criminais de crimes contra a vida.

Os noticiários estão cheios de reportagens em que se menciona a autoria de delitos contra a vida, estando os processos em diferentes estágios da persecução penal, sempre se valendo o réu de expedientes de demora do judiciário para continuar praticando seus crimes.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta alteração do CPP.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2019.

**Deputado LUIZ FLÁVIO GOMES**  
**PSB-SP**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

## **DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941**

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

### LIVRO I DO PROCESSO EM GERAL

#### TÍTULO III

#### DA AÇÃO PENAL

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. *(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 8.699, de 27/8/1993)*

§ 2º Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.699, de 27/8/1993)*

Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------